



Jornal do Simesp

Nº 34 • Publicação mensal do Sindicato dos Médicos de São Paulo • maio / 2018

Pág. 3

Prefeitura recua e suspende o fechamento de AMAs

Fiscalização do Ministério Público, com apoio do Simesp, demonstrou o caos que está a saúde da cidade de São Paulo após o fechamento das primeiras AMAs



Pág. 4

Guarulhos

Após pressão, prefeito atende ao Simesp, reconhece problemas e diz que irá analisar formas para melhorar as condições de trabalho

Pág. 5

Santa Casa

Justiça proíbe que a instituição faça demissões sem o pagamento integral das verbas rescisórias. Ação é resultado de denúncias feitas pelo Sindicato

Pág. 5

Alerta de fraude

Médicos servidores da Prefeitura de São Paulo, fiquem atentos ao golpe do precatório. A abordagem acontece tanto por telefone quanto por carta

23 de abril de 2018: o dia da infâmia

Diretoria do Simesp

O que já era ruim, ficou muito pior. Desde o dia 23 de abril, as mudanças trabalhistas promovidas pelo governo Michel Temer, que já eram ruins para os trabalhadores, ficaram ainda piores, pois a Medida Provisória (MP) 808, que atenuava os pontos mais repugnantes da “reforma”, perdeu a validade.

Para garantir a aprovação da “reforma”, Temer se comprometeu, em carta enviada ao Congresso Nacional, que vetaria ou alteraria parte das mudanças na legislação trabalhista, por meio dessa MP. A questão é que o governo e seus aliados, na verdade, tinham pressa e a ideia era convencer os senadores a aprovar a nova lei rapidamente, sem mudanças, diferentemente do prometido (caso contrário, ela retornaria à Câmara, aumentando o risco de que a pressão popular barrasse a proposta).

Temer não vetou coisa alguma. Tanto Temer (e seu partido, o MDB), quanto os seus aliados do PSDB e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, não se empenharam em aprovar a MP 808, que perdeu sua validade após 120 dias, pois não foi aprovada pelo Congresso no período.

Votos no parlamento, como se sabe, jamais faltaram quando houve real interesse. O Congresso foi traído ou traiu o povo brasi-

leiro em parceria com o governo federal? O fato concreto é: o prejudicado, mais uma vez, é o cidadão. Vamos aceitar mais esse insulto?

O momento é difícil, mas o Sindicato dos Médicos de São Paulo (Simesp) segue na defesa do médico e por isso está construindo, junto aos médicos, uma pauta para a Campanha Salarial 2018 com intuito de barrar os pontos mais prejudiciais da “reforma” trabalhista.

O Simesp também está atuando nas investigações sobre a reestruturação da Rede de Atenção à Saúde que está acontecendo na cidade de São Paulo, dando apoio ao Ministério Público nas visitas às unidades e repassando as denúncias que recebe dos médicos, que estão sobrecarregados ou que foram demitidos.

O Simesp apoia a Atenção Primária à Saúde (APS) e entende que as unidades de Assistência Médica Ambulatorial têm uma política de saúde limitada. Contudo, no atual contexto de São Paulo, não é possível fechar essas unidades ou reestruturar a rede sem antes ampliar a estrutura da APS e sem ter unidades que absorvam a demanda espontânea. Em ambas as situações, o médico está sendo prejudicado e o Sindicato está trabalhando, ao seu lado, contra esses absurdos.

SIMESP OFERECE DESCONTO NA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Agora a Contribuição Social pode ser paga por meio de cartão de crédito com **10% de desconto em 12 mensalidades. Direto em nosso site!**

MENSALIDADE
R\$ **59,44**

Residentes e recém-formados
MENSALIDADE
R\$ **33,02**

Valor especial com subsídio



Os associados adimplentes contam com assessoria jurídica gratuita nas áreas trabalhista, previdenciária e ético-profissional. Além de poderem usufruir de benefícios como seguros, assessoria contábil e declaração do imposto de renda.

Simesp, em defesa do médico e de seu trabalho.

Basta acessar simesp.com.br e seguir as instruções. Se preferir, entre em contato com o Simesp Relacionamento e conheça outras formas de se associar:
(11) 3292.9147 - relacionamento@simesp.org.br.



SIMESP

SINDICATO DOS MÉDICOS DE SÃO PAULO



RELACIONAMENTO SIMESP

11-99111-5490



[/simespmedicos](https://www.facebook.com/simespmedicos)



SIMESP
SINDICATO DOS MÉDICOS DE SÃO PAULO

DIRETORIA

Presidente

Eder Gatti Fernandes
relacionamento@simesp.org.br

SECRETARIAS

Geral

Denize Ornelas P. S. de Oliveira

Finanças

Diângeli Soares

Assuntos Jurídicos

Juliana Salles de Carvalho

Comunicações e Imprensa

Gerson Salvador

Formação Sindical e Sindicalização

Ademir Lopes Junior

Administração

Ederli Grimaldi de Carvalho

Relações do Trabalho

José Erivalder Guimarães de Oliveira

Relações Sindicais e Associativas

Otelo Chino Júnior

EQUIPE DO JORNAL DO SIMESP

Diretor

Gerson Salvador

Supervisora de comunicação e redação

Nicolli Oliveira

Edição e redação

Nádia Machado

Redação

Leonardo Gomes Nogueira

Estagiária de comunicação

Miréia Lima

Fotografia

BBustos

Redação e administração

Rua Maria Paula, 78, 3º andar - SP

CEP: 01319-000 – Fone: (11) 3292-9147

imprensa@simesp.org.br

www.simesp.org.br

PROJETO GRÁFICO

Med Idea - Design & Planning

Edição de arte e diagramação

Joana Brasileiro

Ilustração de capa

Joana Brasileiro

Circulação: estado de São Paulo

Tiragem: 5 mil exemplares

Todas as matérias publicadas terão seus direitos resguardados pelo Jornal do Simesp e só poderão ser publicadas (parcial ou integralmente) com a autorização, por escrito, do Sindicato.

A versão digital desta publicação está disponível no site do Simesp. Caso não queira receber a edição impressa, basta mandar e-mail para relacionamento@simesp.org.br

Após meses de pressão, prefeitura suspende o fechamento de AMAs

Simesp auxiliou o Ministério Público nas investigações sobre os problemas causados pela “reestruturação” da rede de saúde da cidade

Nicolli Oliveira

Durante reunião no Ministério Público (MP), no dia 3 de maio, o secretário da Saúde, Wilson Pollara, aceitou parar o fechamento das 108 Assistências Médicas Ambulatoriais (AMAs) de São Paulo. Pollara, inclusive, se comprometeu a reverter os prejuízos já causados com o projeto de reestruturação da rede de saúde do município. De acordo com o presidente do Simesp, Eder Gatti, que esteve presente no encontro, o recuo foi visto como um avanço, mas vale ressaltar que uma reestruturação da rede de saúde é importante, desde que haja ampliação antes de se pensar em fechar qualquer serviço.

O Simesp, juntamente com o MP e outras entidades, realizou vistorias em unidades de saúde impactadas pelo fechamento das

AMAs e constatou que tal ação sobrecarregou demais serviços e deixou a população desassistida, já que não foram incluídos atendimentos equivalentes (*vide tabela abaixo*).

“A Prefeitura errou no tempo de agir, pois diminuiu os serviços nas AMAs antes de implementar serviços correspondentes na mesma medida. Não fazemos a defesa das AMAs, e sim, do acesso à saúde”, explica Gatti e completa dizendo que é preciso que seja revisto tudo o que foi feito nessa reestruturação com transparência, pensando no que pode ser revertido e nos próximos passos. “Hoje, a estrutura das Unidades Básicas de Saúde (UBSs) não é capaz de receber a demanda espontânea, pois faltam insumos básicos, profissio-



> Reunião da comissão para debater sobre o fechamento das AMAs aconteceu no início de maio

nais de várias áreas e a estrutura física é precária.”

Há meses, o Simesp realiza debates e participa de reuniões com o secretário da Saúde, o MP e médicos sobre os problemas que seriam causados com a reestruturação. “O que previmos inicialmente foi concretizado com o fechamento das AMAs, gerando colapso na saúde”, conta Gatti.

Contradição

No início da reunião, a promotora do MP, Dora Strilicherck, apresentou notícias, dados do Simesp, relatório das vistorias nas unidades reestruturadas, bem como relatórios sobre prontos-socorros (PSs) da cidade, o que derrubou a argumentação de Pollara, que até então alegava que nenhuma uni-

dade havia sido fechada. “Após a apresentação da promotora, ficou impossível de o secretário manter esse discurso porque os dados são incontestáveis. A repercussão do fechamento é clara nas UBSs, PSs e Unidades de Pronto Atendimento (UPAs), que tiveram um aumento expressivo na demanda por atendimento e nas filas, que chegam a durar até 8 horas”, enfatizou Victor Vilela, médico representante do Simesp nas vistorias das unidades.

Após a apresentação de Dora, Wilson Pollara reconheceu que o cenário descrito. Pollara ressaltou que a intenção da Secretaria Municipal da Saúde (SMS) não é diminuir a assistência, mas, devido à mobilização, concordou em suspender o projeto para discutir a reestruturação.

Os impactos do fechamento

BUTANTÃ

- As AMAs São Jorge e Paulo VI foram fechadas, resultando em maior demanda de atendimento nas UBSs;
- Com a saída das AMAs, os médicos não têm mais a possibilidade de pedir exames de urgência com resultado no mesmo dia, precisando encaminhar o paciente para o pronto-socorro.
- Cada unidade tinha uma ambulância e por não serem mais AMAs perderam esse serviço, passando a depender apenas do SAMU;
- O Pronto Socorro Municipal Bandeirantes e o Pronto Socorro da Lapa, serviços referência em emergência da região, estão superlotados. Os pacientes chegam a esperar na fila por até 8 horas;

M'BOI MIRIM

- O modelo de atendimento com agenda fechada nas UBSs impossibilita o atendimento da demanda espontânea de baixa complexidade;
- A primeira consulta tem um prazo médio de dois a três meses para ser realizada;
- Houve fechamento do serviço de odontologia da AMA/UBS Jardim Ângela;
- A população que mora em ocupações e moradias sem registro não faz parte da população descrita no território das unidades;
- Para a implementação da UPA não houve aumento de estrutura física, mas sim, redução de profissionais;
- Com área de cobertura maior e menos profissionais do que a somatória

- dos que existiam nas antigas AMAs, a UPA ficou sobrecarregada. O tempo de espera varia entre 3 e 4 horas;
- Na unidade Rede Hora Certa, os médicos anestesistas são quarteirizados, sem vínculo formal de trabalho;
- O Jd. Vera Cruz deixou de contar com UBS Integral;
- Foi fechada a AMA do Jardim Capela sem debate ou anuência dos conselhos locais;
- Houve diminuição das equipes das UBSs Calú e Jd. Vera Cruz;
- Mulheres agora esperam 4 horas para fazer exame Papanicolau;

CENTRO

- Dos 28 serviços de saúde, oito foram visitados. Constatou-se que a região está no limite da sua capacidade de

atendimento.

- Nas UBSs Sé e Santa Cecília já foram percebidos os reflexos do fechamento da UBS República.
- Não foi houve incremento de Estratégia Saúde da Família (ESF) na região, ao contrário do que havia sido informado pela SMS.
- Estava previsto que a AMA Sé 24h seria transformada em UPA III, mas falta estrutura física para isso, bem como equipamentos e recursos humanos.
- O PS Barra Funda enfrenta o mesmo problema da AMA Sé 24h.

*Tabela elaborada com base na fiscalização feita em parceria entre Simesp, MP e demais entidades da comissão criada com essa finalidade; relatos durante audiência pública e em reuniões no Simesp; entrevistas e denúncias recebidas pelo Sindicato.



> Presidente do Simesp (ao centro) durante manifestação em abril na cidade

Manifestação resulta em abertura de diálogo com a Prefeitura

Após grande pressão, o prefeito de Guarulhos, Gustavo Henric Costa, Guti, recebeu o presidente do Simesp, Eder Gatti, médicos da região e representantes do Conselho Municipal de Saúde e do Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública (STAP), no dia 27 de abril, para debater os problemas enfrentados na área da saúde.

O presidente do Simesp expôs as reivindicações dos médicos da cidade, que são a garantia de condições para atendimento, concursos públicos, provimento de insumos e medicamentos, com-

pra de ambulâncias para o Samu, que não haja terceirização, que haja ampliação da retaguarda de especialidades às UBSs e revisão do protocolo de urgência e emergência. "A gestão não se preocupa com a qualidade dos atendimentos. As unidades de saúde estão comprometidas com problemas estruturais que comprometem os atendimentos e a falta de insumos prejudica muito a população".

Segundo Gatti, o prefeito reconhece os problemas enfrentados pela saúde de Guarulhos e se comprometeu em analisar,

juntamente com a Secretaria, o que poderá ser feito para melhorar as condições de trabalho. Já faz cerca de um ano que o Simesp tenta negociar essas questões com a prefeitura e até o momento nada se concretizou.

Manifestação

Durante ato no dia 17 de abril, representantes dos movimentos presentes entraram em um consenso de que não aceitariam serem recebidos sem que o prefeito participasse dos debates. Uma nova reunião será realizada em 50 dias.

1º de Maio

Médicos participam dos atos do Dia do Trabalho

No dia 1º de maio, o Simesp uniu a defesa do Sistema Único de Saúde (SUS) 100% público à pauta dos trabalhadores, contra as terceirizações, que precarizam o trabalho do médico. "Desde o golpe, em 2016, os trabalhadores estão sofrendo com a perda de direitos. Mais recentemente, foi a queda da Medida Provisória que vetava os pontos polêmicos da "reforma" trabalhista, como a questão do trabalho intermitente. Com esse ponto em vigor, a situação, principalmente dos médicos, irá se agravar", avalia Juliana Salles, diretora do Simesp que participou do ato.



> Categoria é contra a terceirização do Sistema Único de Saúde

Os médicos e representantes do Simesp participaram do tradicional ato unificado dos sindicatos, organizado pela Central Única dos Trabalhadores (CUT),

realizado na Praça da República, que também tinha como pauta a defesa da democracia, dos direitos, dos empregos, dos salários e das aposentadorias.

Médicos que eram do Consaúde têm direito ao saque do FGTS

Ainda dá tempo de se associar ao Simesp e obter esse benefício

O Simesp entrou com uma ação na justiça em defesa dos médicos associados antes ligados ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Ribeira e Litoral Sul (Consaúde), que, ao virarem estatutários, ficaram com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) retido pela Caixa Econômica Federal. O médico associado poderá contar com advogados de forma gratuita para essa ação na Justiça. Você, médico, que ainda não é associado e queira usufruir desse benefício, entre em contato com a nossa regional no Vale do Ribeira pelo telefone (13) 3821-2915 e associe-se. Para entrar com a ação é necessário entregar os seguintes documentos na Regional do Simesp no Vale do Ribeira (Av. Clara Gianotti de Souza, 102, sala 107, Centro – Registro-SP):

- cópia do RG;
- cópia do CPF;
- cópia do comprovante de residência;
- cópia da Carteira de Trabalho (páginas da foto, de qualificação civil, do contrato de trabalho e das anotações gerais, na qual consta o carimbo de alteração de regime de contratação);
- e extrato analítico do FGTS.

Economia para o médico

Ao entrar com ação para resgate do FGTS com o Simesp, o médico terá uma grande economia, já que os escritórios de advocacia costumam cobrar aproximadamente 30% do valor recebido pelas ações. Em contrapartida, a mensalidade para novos sócios do Simesp é R\$ 59,44.

Justiça proíbe demissões sem pagamento integral das verbas rescisórias

A Justiça do Trabalho determinou, por meio de uma liminar, que a Santa Casa de Misericórdia de São Paulo não poderá impor aos médicos que forem demitidos a redução do pagamento das verbas rescisórias utilizando do artifício do acordo mútuo, instituído pela “reforma” trabalhista. A instituição quis fazer uso dessa nova forma de “negociação” para negar ao trabalhador o pagamento integral das verbas rescisórias. Caso a Santa Casa descumpra essa determinação, do Juiz João Paulo Gabriel de Castro Dourado, terá que pagar multa de R\$ 10 mil por funcionário demitido.

Essa ação é fruto de uma sé-

rie de denúncias realizadas pelo Simesp. Entre elas, sobre a demissão de cerca de 25 médicos que trabalhavam no Centro de Atenção Integrada à Saúde Mental (Caism), e de outros 20 médicos da entidade que, ao serem notificados sobre o desligamento, sofreram a tentativa de coação para que assinassem acordos abrindo mão de direitos trabalhistas, como parte da multa do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e o parcelamento das verbas rescisórias, sob a ameaça de não receber absolutamente nada caso os médicos não aceitassem a proposta. Segundo Eder Gatti, presidente do Simesp, havia casos de médicos que per-



> Liminar é resultado de denúncias feitas pelo Simesp

deriam cerca de metade do valor a receber se aceitassem o acordo.

O Simesp reitera que, mesmo com a “reforma” da lei trabalhista, instituída pela lei 13.467, de 13 de julho de 2017, o acordo mútuo

só poderia ocorrer quando ambas as partes estão interessadas no desligamento. Caso contrário, quando a decisão parte do empregador, as verbas rescisórias devem ser pagas integralmente.

Capacitação

“As pessoas se sentiram reconhecidas”, avalia Ademir Lopes Junior

Afirmção do diretor do Simesp diz respeito ao seminário *Sexualidade e Diversidade: Atenção Primária Quebrando Tabus*, realizado pela SBMFC com apoio do Simesp

Ademir Lopes Junior, preceptor em medicina de família e comunidade e secretário de formação sindical e sindicalização do Simesp fez um balanço dos três dias do seminário *Sexualidade e Diversidade: Atenção Primária Quebrando Tabus* e concluiu: “Teve uma coisa que foi muito emocionante, pois as pessoas se sentiram reconhecidas.”

O seminário, ocorrido na capital paulista entre dias 20 e 22 de abril, reuniu 130 pessoas de diversas regiões do país. A ideia, agora, é repetir a experiência em outro estado brasileiro, provavelmente no próprio mês de abril, no ano que vem.

O diretor do Simesp destacou mesas como a de *Sexualidade e Interseccionalidade* na qual se discutiu, principalmente, a questão da mulher negra e outra sobre experiências no atendi-



> Evento abordou o atendimento à população LGBT e os conceitos de família

mento à população transexual na cidade de São Paulo. “Foi interessante porque as pessoas que participaram, estavam acolhendo a diversidade sexual”, avaliou.

Abertura

Na noite do início do evento, em 20 de abril, além de apresentações culturais, Ademir e outros médicos defenderam a necessidade de discutir o atual conceito de família durante a mesa de abertura.

“Que família é essa que gente tem propagado?”, perguntou De-

nize Ornelas, secretária geral do Simesp e diretora da SBMFC.

“A família também é uma base importante de violência e opressão”, considera Débora Teixeira, coordenadora do Grupo de Trabalho de Gênero, Sexualidade, Diversidade e Direitos da SBMFC. A família, sem dúvida, é um “espaço de afeto”, considera a médica. Para muitos, como ela própria lembrou, a base de tudo. O que, obviamente, incluirá tudo de bom e de ruim do que nós somos capazes.

Golpe do precatório

Alerta de fraude

Estelionatários estão tentando ludibriar médicos na tentativa de obter dinheiro de forma ilícita. A abordagem acontece tanto pelo telefone como por carta enviada para a residência dos médicos. Em geral, as cartas apresentam como remetente o “Cartório de Precatório de São Paulo”, porém tal órgão sequer existe. O discurso que os estelionatários utilizam é de que houve pagamento dos precatórios da Prefeitura de São Paulo e, para que o valor seja liberado, solicitam o depósito de uma quantia como sendo de custas do processo. Essa tentativa de golpe já havia ocorrido no final de 2016.

O Simesp esclarece que não solicita nenhum depósito em conta. No caso de um ganho de ação na justiça, todo procedimento formal é realizado em nossa sede, sob a supervisão do nosso departamento jurídico. Caso receba esse tipo de abordagem, entre em contato imediatamente com o *Relacionamento* pelo (11) 3292-9147 ou pelo *relacionamento@simesp.org.br*. Aconselhamos a registrar B.O.

“Se queremos apoio, precisamos ocupar os lugares”

Mariana Sato, que é supervisora técnico-administrativa do Programa de Atenção Primária da FMUSP, conta um pouco de sua trajetória profissional

Colaborou: Miréia Lima

Formada pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP), Mariana Sato sempre teve uma veia que pulsava fortemente quando o assunto era cuidar de pessoas. Não é à toa que a médica, além de ser supervisora técnico-administrativa do Programa de Atenção Primária da FMUSP, ainda é pediatra, médica de família e comunidade e mestre em Saúde Coletiva. Sua vontade em lidar com pessoas veio do berço, pois tem vários médicos em sua família.

Ao finalizar sua residência em pediatria, foi parar na Atenção Primária à Saúde (APS), onde prestou serviço para uma comunidade por quase um ano. A paulistana, que começou seus

atendimentos em postos de saúde, já foi responsável pela organização dos estágios práticos de estudantes de medicina, até que virou coordenadora médica da Organização Social (OS) Fundação Faculdade de Medicina (FFM). “A OS fez parceria com a Prefeitura para administrar as Unidades Básicas de Saúde (UBSs) do Butantã e qualificá-las para servirem como campo de estágios para os estudantes. Fui convidada por alguns professores da FMUSP para compor a equipe de médicos que receberiam esses estagiários nos postos de saúde”.

Hoje Mariana, cada vez mais, tem pensado na importância da APS. “Precisamos entender a população pensando em seus hábi-



> Mariana acredita que entender a população é o ponto principal para evitar o desenvolvimento de doenças

tos de vida para desenvolver ações que evitem o desenvolvimento de doenças. Nos países em que a Atenção Primária já é consagrada, podemos ver que os indicadores são muito bons. Já no Brasil, esse investimento foi tardio e ainda é pouco valorizado”, explicou.

Sobre o sindicato, a médica avalia como sendo uma entidade importante na luta em prol de melhorias na rede de saúde, além de apoiar os médicos que buscam garantir atendimento de qualidade. “Se queremos apoio, precisamos ocupar os lugares”, completou.

Direitos dos médicos

Delegado Sindical

Como o Simesp atua em um território muito amplo, a nomeação de delegados sindicais ajuda a trazer os problemas dos médicos para que a diretoria do Simesp tome providências em defesa da categoria



O que faz um delegado sindical?

E como eles são escolhidos? Conforme estabelecido no Estatuto do Sindicato dos Médicos de São Paulo, os delegados sindicais ocupam a posição mais próxima aos trabalhadores. Eles são responsáveis por intermediar as demandas dos médicos e levá-las ao conhecimento da diretoria executiva do Simesp, para que se tome as

devidas providências em defesa da categoria. Por ocupar um espaço de confiança, os delegados são nomeados pela própria diretoria eleita.

Como deve ser a atuação do delegado?

Embora não exerçam cargo de direção, os delegados sindicais possuem representação da cate-

goria, o que pede que quem ocupe esse cargo tenha forte atuação entre os médicos da região e nos locais de trabalho. Assim, o horizonte organizativo dos delegados sindicais é consolidar a atividade militante.

Qual o grau de decisão que o delegado possui em relação ao Sindicato?

Os delegados compõem o conselho de diretores, responsável pela discussão de temas previamente estabelecidos, mas não poderão tratar de questões patrimoniais e administrativas. Esses delegados também participam das reuniões da diretoria estadual e da articulação das atividades das diretorias regionais e de base.

> O que você gostaria de ler na próxima edição? Mande suas sugestões: noticias@simesp.org.br <

“A reforma trabalhista destruiu a segurança jurídica”

“Inconstitucional, inconveniente e ilegítima”. Esse é o frágil tripé que ampara a “reforma” trabalhista do governo Temer. A opinião é de Laura Benda, juíza do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região. Tripé, provavelmente, insustentável, já que uma parte expressiva dos juizes da área têm concordado com a sua análise. A presidenta da Associação Juizes para a Democracia (AJD) concedeu essa entrevista, por telefone, durante o XIX Congresso Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, realizado entre 2 e 5 de maio em Belo Horizonte, e manifestou a crença de que dele resultará uma saraivada de teses bastante críticas ao assunto

Leonardo Gomes Nogueira

Em 23 de abril, a Medida Provisória 808, que amenizava algumas das mudanças mais violentas da chamada “reforma” trabalhista, perdeu validade. O que era ruim ficou pior?

A medida provisória 808 não salvava a reforma. Até porque a reforma é toda equivocada. Ela é inconstitucional, inconveniente e ilegítima. Então, o que havia ali era um arremedo de uma coisa que não tem salvação. De modo que eu nem acho que seja o nosso papel defender a medida provisória ou o que ali estava. Claro que havia uma situação outra, que estava melhor, e agora nem isso. Embora também houvessem algumas modificações ali propostas que eram ainda piores. A reforma é muito mal escrita. Além de ser inconstitucional e contraditória com outros dispositivos da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) que ainda estão em vigor. Ela dá margem, por ser muito mal escrita, a muitas interpretações. Ela destruiu a segurança jurídica, ao contrário do que dizem os seus defensores.

Na última edição do jornal da AJD, diz o editorial: “A Reforma Trabalhista é o maior ataque dirigido aos direitos sociais desde a instituição formal do Estado Democrático de Direito.” O que você destacaria como o ponto central desse ataque?

O mais nocivo: a pretensão da reforma trabalhista é subverter os próprios fundamentos e princípios do direito e do processo do trabalho, porque o direito do trabalho, sendo um meio de mediar capital e trabalho para permitir aí uma exploração possível, tem princípios que são essenciais a essa mediação, que é principalmente o princípio protetivo e outros decorrentes dele. E o princípio protetivo é o reconhecimento de que o trabalhador está em hipossuficiência, ou seja: que ele é desigual diante do capital. E o que a reforma procura fazer, ao eleger como ponto central o negociado sobre o legislado, ou seja, como se eles (empregado e empregador) fossem sujeitos iguais, é destruir o direito do trabalho. Mas, considerando que não existe interpretação da lei sem o parâmetro da Constituição, eu acho que isso não vai



> Laura: “A gente ainda vive em um ambiente democrático, mas ruindo”

acontecer. A Justiça do Trabalho não vai deixar que isso aconteça. Mas a ideia seria essa.

Há divergência, entre os juizes, sobre o tema?

Há juizes que gostaram das alterações e têm proferido decisões, que aí são muito destacadas pela mídia, que são de uma crueldade ímpar. Mas a maioria de nós, me parece que justamente por essa preocupação com a sua inconstitucionalidade, está mais resistente. Até porque, se a “reforma” fosse aplicada na literalidade, como pretende quem a criou, a própria Justiça do Trabalho perde o seu propósito de existir. E, na verdade, esse é o objetivo de quem fez isso. Mas para a maioria de nós está sim havendo uma compreensão de que não é possível que a legislação seja aplicada dessa maneira literal. A maioria dos ministros do Tribunal Superior do Trabalho (o TST, com sede em Brasília, é o órgão máximo da Justiça do Trabalho), inclusive, vai mais ou menos nessa linha, na defesa da constitucionalidade.

A AJD avaliou, em nota, “que a ruptura do Estado Democrático de Direito no Brasil já é uma realidade”. Ainda podemos falar que vivemos em um regime

democrático?

Na minha concepção e na nossa, também é a da nossa associação, a nossa democracia, o nosso estado democrático de direito tem passado por crises sucessivas que já indicam que vivemos em uma espécie de estado de exceção ou, como também temos chamado, num estado pós-democrático e aí teremos outros parâmetros, diferentes do estado democrático de direito. Porque o estado democrático de direito é caracterizado, principalmente, por haver limites bem definidos no exercício do poder. Mas o que estamos vendo é o contrário: as instituições confusas, um crescimento do autoritarismo e um crescimento do Estado como uma força voltada para a eliminação dos “indesejáveis”. Eliminação da política, dos agentes políticos. É uma situação muito séria. A gente ainda vive em um ambiente democrático, mas ruindo. Estamos nessa transição. O estado democrático de direito fica só com a casca.

> **Acesse a matéria na íntegra em nosso site:**
<https://bit.ly/2IySJ8E>



Divulgação

> As obras de Hilma só passaram a ser reconhecidas mundialmente em 2013

Os Mundos Possíveis de Hilma af Klint

Pela primeira vez na América Latina, a obra da pintora sueca Hilma af Klint (1862-1944) está em cartaz na Pinacoteca de São Paulo ou Pina Luz, como foi apelidada desde 2016, com a exposição *Hilma af Klint: Mundos Possíveis*. Além disso, a mostra conta com algumas obras inéditas.

São 130 obras, com destaque para a série intitulada *As Dez Maiores*, realizada em 1907 e considerada atualmente uma das primeiras e maiores obras de arte abstrata no mundo ocidental, pois antecede composições não figurativas de artistas contemporâneos como Kandinsky, Mondrian e Malevich, segundo informações da própria Pinacoteca. O trabalho de Hilma vem sendo reconhecido como pioneiro no campo da arte

abstrata e passou despercebido durante grande parte do século XX. “O trabalho de Hilma af Klint dialoga, de certa forma, com o sincretismo e a pluralidade de cosmovisões tão presentes na cultura do Brasil”, explica Jochen Volz, diretor geral da Pinacoteca e um dos curadores da mostra.

A artista

Hilma frequentou a Real Academia de Belas Artes, principal centro de educação artística da capital sueca, mas logo se distanciou do seu treino acadêmico para pintar mundos invisíveis, influenciada por movimentos espirituais como o Rosa-cruz, a teosofia e, mais tarde, a antroposofia. Ela integrou o “As cinco”, grupo artístico composto por mulheres que acreditavam ser conduzidas por espíritos elevados

que desejavam se comunicar por meio de imagens e já experimentavam desde o final do século XIX a escrita e o desenho automático, antecipando as estratégias surrealistas em mais de 30 anos.

Klint para o mundo

Mesmo tendo sua obra exposta em 1986, nos Estados Unidos, Klint só se tornou mundialmente conheci-

da a partir de 2013, com a grande retrospectiva organizada pelo *Moderna Museet* de Estocolmo, que posteriormente seguiu itinerante pela Alemanha, Espanha, Dinamarca, Noruega e Estônia. Desde então, suas obras participam de exposições realizadas na Europa e Estados Unidos.

*Com informações da Pinacoteca

Serviço

Exposição

Hilma af Klint: Mundos Possíveis

Em cartaz até o 16 de julho de 2018

Visitação: de quarta a sexta, das 10h às 17h30.

Ingresso: R\$ 6 (inteira) e R\$ 3 (meia). Crianças com menos de 10 anos e adultos com mais de

60 não pagam. Aos sábados a entrada é gratuita para todos os visitantes.

Local: Praça da Luz, 2. A Pina Luz fica próxima à estação Luz da CPTM.

Mais informações: (11) 3324-1000 ou <http://pinacoteca.org.br/>

SEMPRE JUNTO AOS MÉDICOS DA PREFEITURA DE SÃO PAULO

Associe-se, só a sua participação faz um sindicato forte!

O Simesp esteve ao lado da categoria nas negociações da nova carreira municipal garantindo aos médicos da AHM e do HSPM, antes celetistas, passarem a ser estatutários. Além disso, conquistou na Justiça para esses médicos, cerca de 900 trabalhadores, o direito de sacar o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) que havia sido retido na mudança de regime.

O Sindicato também atuou contra o projeto de lei (PL) da gestão de João Dória, que prevê mudanças na previdência, realizando um verdadeiro confisco salarial. A categoria ganhou a primeira batalha: a suspensão das discussões do PL na Câmara dos Vereadores por 120 dias.

Os associados adimplentes contam com assessoria jurídica gratuita. Além de benefícios como seguros, assessoria contábil e declaração de imposto de renda.

Basta acessar simesp.com.br e seguir as instruções. Se preferir, entre em contato com o Simesp Relacionamento e conheça outras formas de se associar: (11) 3292.9147 relacionamento@simesp.org.br



SIMESP
SINDICATO DOS MÉDICOS DE SÃO PAULO

Em defesa do médico e de seu trabalho

[/simespmedicos](https://www.facebook.com/simespmedicos) [/simespmedicos](https://www.instagram.com/simespmedicos) [/simespmedicos](https://www.youtube.com/simespmedicos) [RELACIONAMENTO SIMESP](https://www.whatsapp.com/simespmedicos) **11-99111-5490**